



DEZEMBRO DE 2025

**ANÁLISE SEMESTRAL DE PREÇOS E ACESSIBILIDADE DA  
CESTA BÁSICA NAS PERIFERIAS DE GURUPI:  
Um Estudo de Impacto Socioeconômico**

AUTORES: FRANCISCO VIANA CRUZ / ADELMA FERREIRA DE  
SOUZA / ANA TERRA ROOS MENDES  
IFTO

# **ANÁLISE DA PESQUISA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS DA PERIFERIA DE GURUPI – Acessibilidade à Cesta Básica**

## **1. INTRODUÇÃO**

Este relatório apresenta os resultados da pesquisa socioeconômica realizada com famílias da periferia de Gurupi em novembro de 2025. O estudo teve como foco central a percepção sobre o preço da cesta básica e sua acessibilidade, reconhecendo que o monitoramento sistemático desses fatores é essencial para compreender as dinâmicas econômicas que afetam a população em situação de vulnerabilidade.

O projeto "Análise Semestral de Preços e Acessibilidade da Cesta Básica nas Periferias de Gurupi" propõe um monitoramento contínuo para gerar informações qualificadas que subsidiem ações públicas voltadas à promoção da equidade alimentar e ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional. O objetivo central foi traçar um perfil dessas famílias, identificar suas principais dificuldades e necessidades relacionadas à alimentação, e propor recomendações para mitigar os desafios encontrados.

## **2. METODOLOGIA**

A pesquisa foi conduzida por meio de um questionário aplicado presencialmente a uma amostra de 51 chefes de família em 11 comunidades da periferia de Gurupi. Trata-se de uma pesquisa de caráter socioeconômico, com foco na percepção sobre a cesta básica.

Os dados coletados foram tabulados e analisados para identificar padrões tendências relevantes. O questionário abordou os seguintes aspectos:

- ✓ **Identificação:** idade, sexo, estado civil;
- ✓ **Composição familiar:** número de pessoas, presença de crianças, adolescentes, adultos e idosos;
- ✓ **Escolaridade:** nível educacional do chefe de família;
- ✓ **Situação de trabalho:** ocupação, número de pessoas com trabalho remunerado;

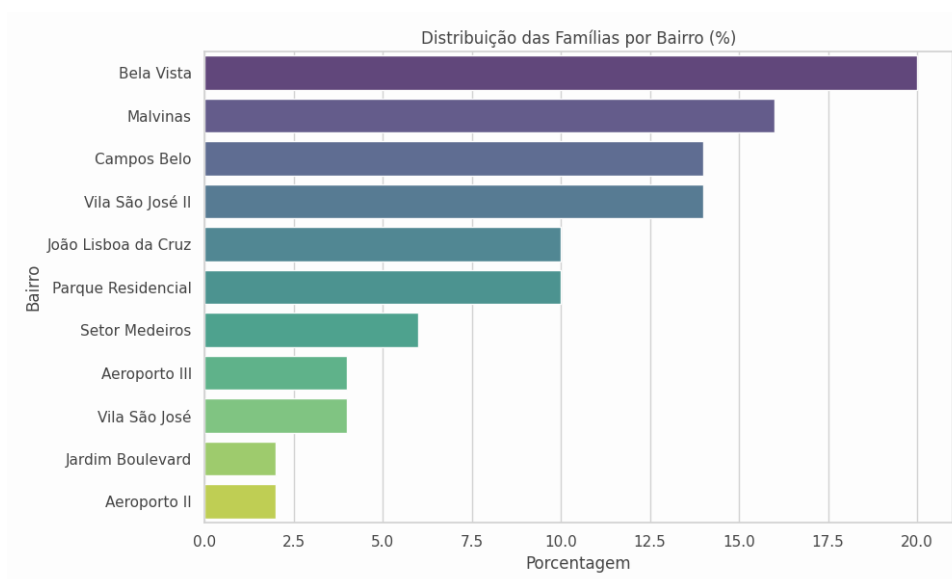
- ✓ **Renda e despesas:** renda familiar mensal (em salários-mínimos), gasto com alimentação, recebimento de benefícios sociais, principal fonte de renda familiar;
- ✓ **Hábitos alimentares:** capacidade de compra da cesta básica, frequência de refeições, alimentos mais consumidos;
- ✓ **Percepção sobre os preços:** variação percebida nos preços dos alimentos e itens mais difíceis de comprar;
- ✓ **Condições de moradia:** posse da casa.

Os dados coletados foram tabulados e analisados por meio de estatística descritiva, com cálculo de medidas de tendência central e dispersão para as variáveis quantitativas, e frequências absolutas e relativas para as variáveis categóricas.

### 3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

#### 3.1 Distribuição das Famílias pesquisadas por Bairro (%)

A pesquisa abrangeu 11 bairros/comunidades da periferia de Gurupi. Os bairros com maior representatividade na amostra foram Bela Vista (20%), Malvinas (16%), Campos Belo (14%) e Vila São José II (14%).



Fonte: Elaboração própria (2025)

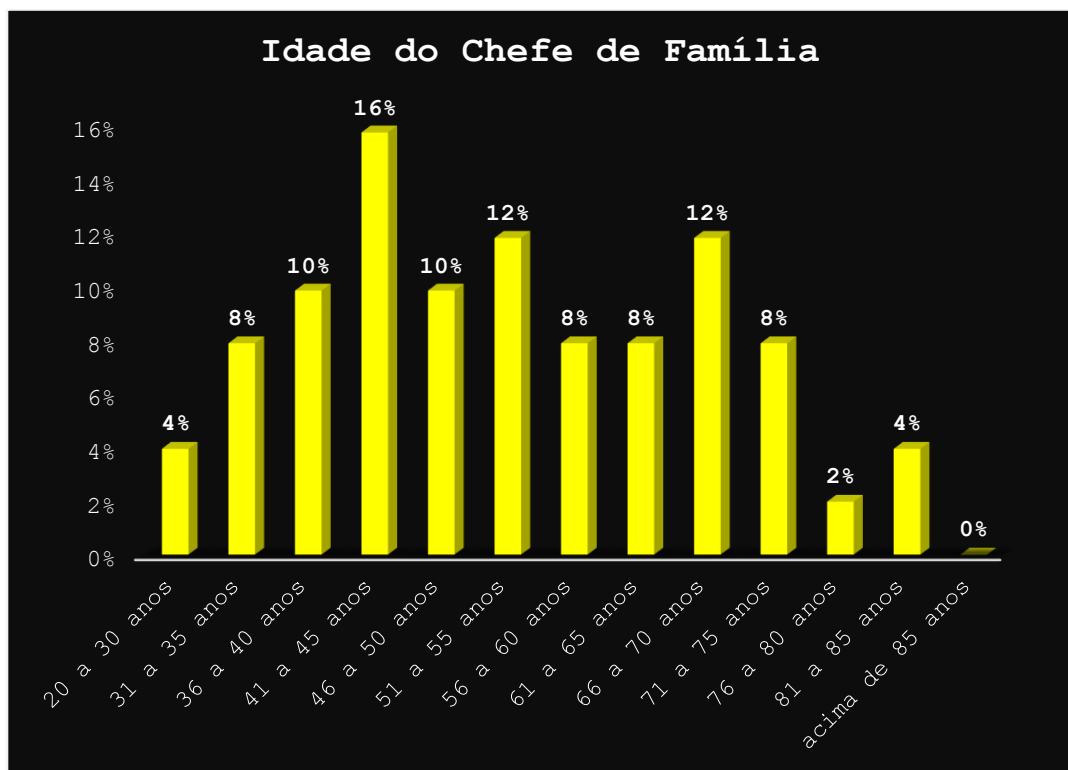
### 3.2 Perfil Socioeconômico das Famílias

A análise descritiva revela um cenário de vulnerabilidade estrutural, conforme sintetizado na tabela abaixo.

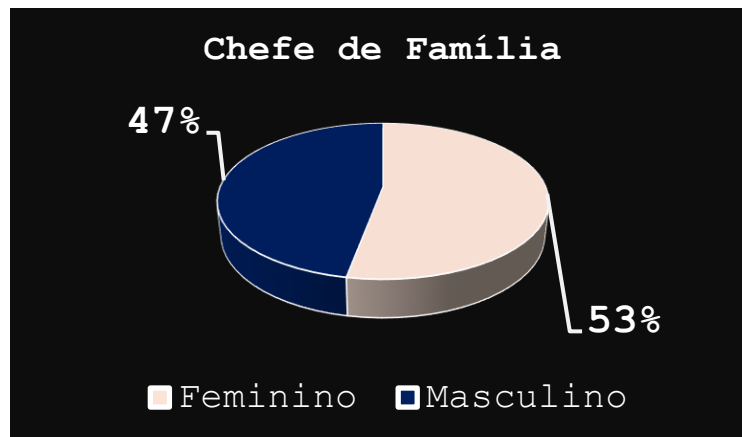
<i>Estatística</i>	<i>Idade</i>	<i>Pessoas_Casa</i>	<i>Escolaridade</i>	<i>Renda_SM</i>	<i>Gasto_Alim</i>	<i>Cesta_Completa</i>	<i>Percepção_Precos</i>
<b>count</b>	51.0	51.0	51.0	51.0	51.0	51.0	51.0
<b>mean</b>	52.98	3.24	1.75	1.51	906.86	3.71	2.35
<b>std</b>	14.89	1.57	1.47	0.94	533.76	1.30	0.72
<b>min</b>	25.0	1.0	0.0	0.5	250.0	1.0	1.0
<b>25%</b>	43.0	2.0	1.0	1.0	750.0	3.0	2.0
<b>50%</b>	53.0	3.0	1.0	1.5	750.0	4.0	2.0
<b>75%</b>	65.5	4.0	2.0	1.5	1250.0	5.0	3.0
<b>max</b>	83.0	8.0	6.0	4.0	2750.0	5.0	3.0

Fonte: Elaboração própria (2025)

#### 3.2.1 Idade e Chefia Familiar

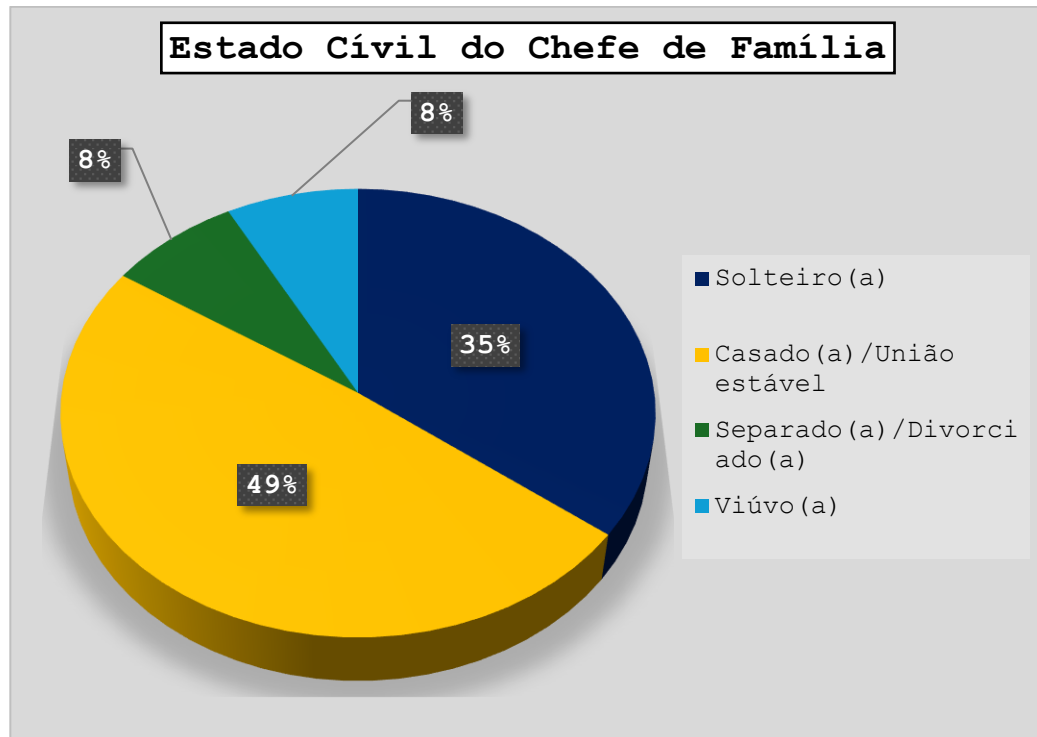


Fonte: Elaboração própria (2025)



Os chefes de família apresentam idade média de 53 anos, com concentração entre 41 e 70 anos (56%), indicando um grupo relativamente envelhecido. Observa-se leve predominância feminina (53%), o que reforça a importância de políticas com recorte de gênero. Chefes mais velhos tendem a depender de aposentadorias ou trabalhos informais, com renda limitada. De modo geral, trata-se de um grupo relativamente envelhecido, o que pode limitar a inserção no mercado de trabalho e a geração de renda, contribuindo para a vulnerabilidade econômica das famílias.

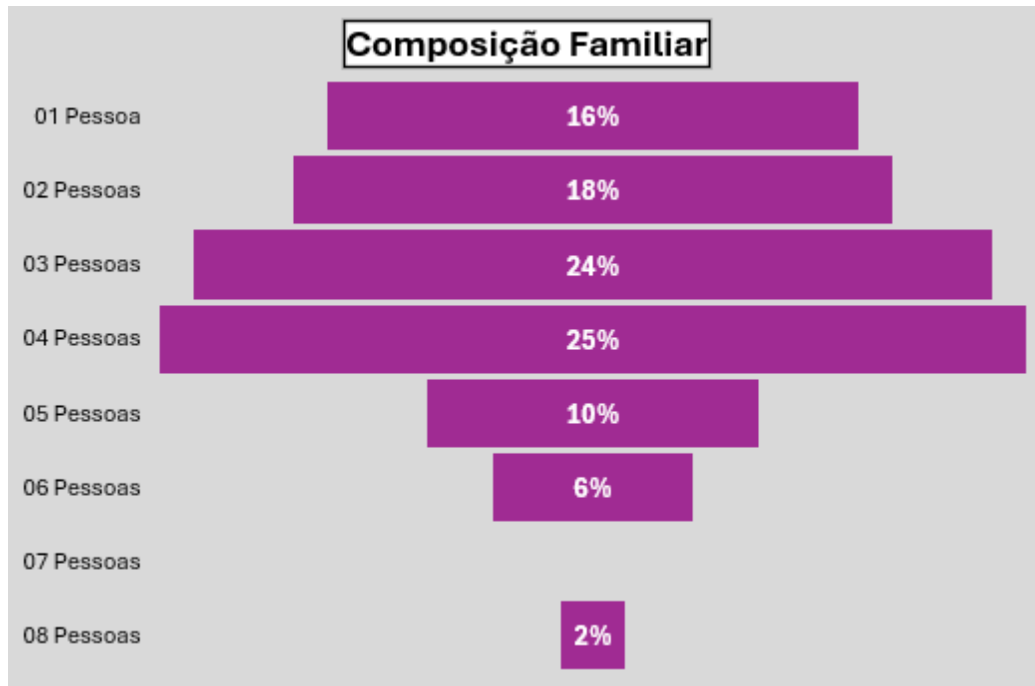
### 3.2.2 Estado Civil do Chefe de Família



Fonte: Elaboração própria (2025)

No que se refere ao estado civil, 49% dos chefes de família são casados ou vivem em união estável, enquanto 35% são solteiros. Essa distribuição aponta para uma diversidade de arranjos familiares, com parcela expressiva de domicílios chefiados por indivíduos sem cônjuge, o que pode influenciar tanto a composição da renda familiar quanto a distribuição das responsabilidades no núcleo doméstico.

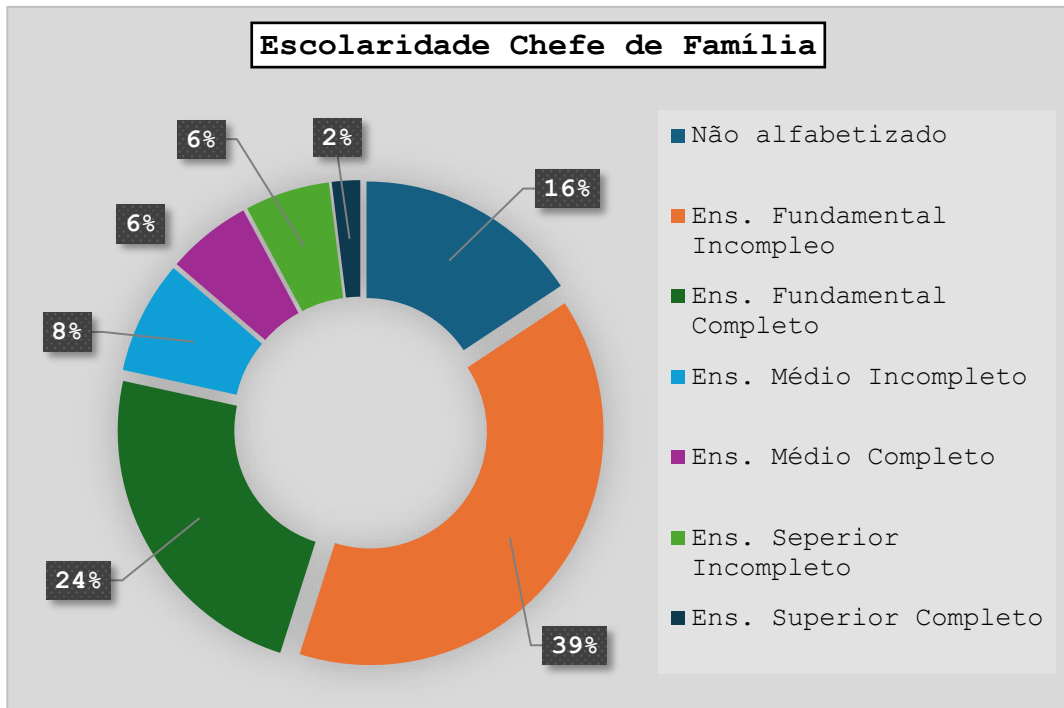
### 3.2.3 Número de Pessoas na Casa (Composição Familiar)



Fonte: Elaboração própria (2025)

Em média, as famílias são compostas por 3,2 pessoas, com predominância de domicílios de 3 e 4 moradores. Do ponto de vista etário, 61% não possuem crianças e 59% não possuem adolescentes, indicando baixa presença de dependentes jovens. Por outro lado, 49% dos domicílios possuem ao menos um idoso, evidenciando um processo de envelhecimento familiar que impacta diretamente o orçamento. Famílias maiores e com menos membros economicamente ativos tendem a enfrentar maior pressão financeira, especialmente em relação aos gastos com alimentação.

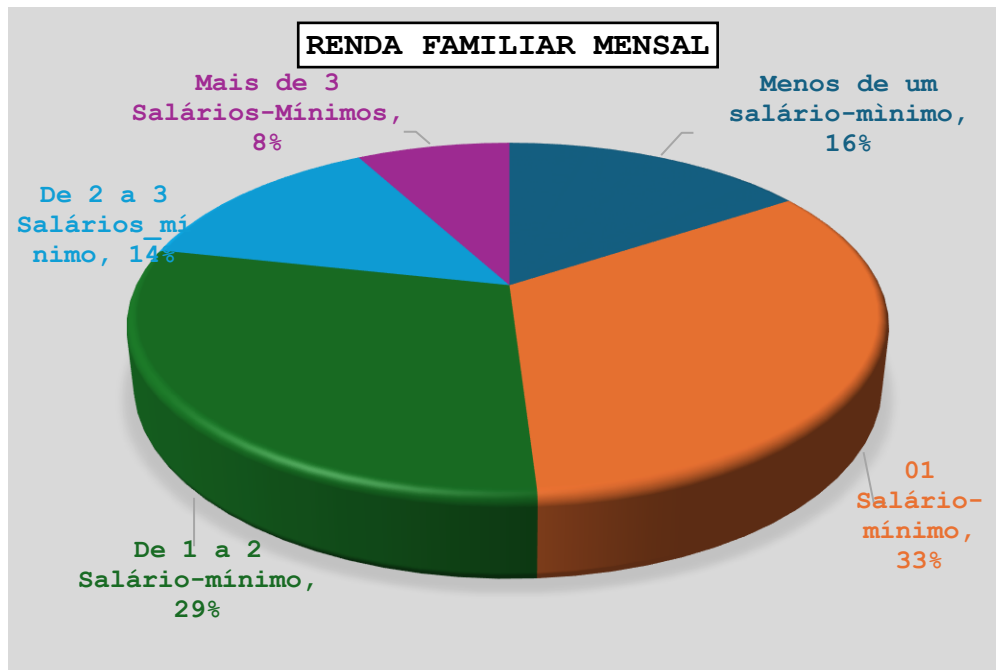
### 3.2.4 Escolaridade do Chefe de Família



Fonte: Elaboração própria (2025)

A escolaridade dos chefes de família é predominantemente baixa, com média de 1,75 (em escala de 0 a 6, equivalente ao Ensino Fundamental Incompleto). 55% possuem Ensino Fundamental incompleto ou são não alfabetizados, enquanto apenas 8% têm Ensino Superior. Esse perfil educacional restrito compromete o acesso a empregos formais e mais bem remunerados, favorecendo a informalidade e ampliando a dependência de programas sociais, contribuindo para a manutenção da vulnerabilidade econômica das famílias.

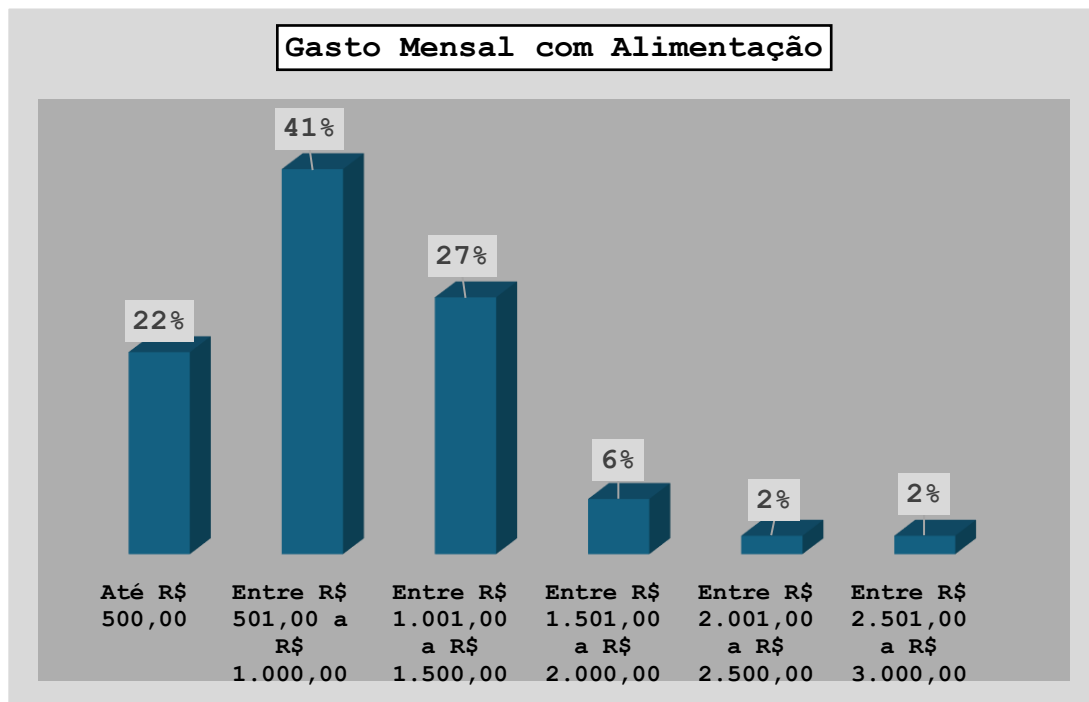
### 3.2.5 Renda Familiar Mensal (em Salários-Mínimos)



Fonte: Elaboração própria (2025)

A renda familiar apresenta média de 1,5 salários-mínimos, com forte concentração em níveis baixos: 78% das famílias vivem com até 2 salários-mínimos, sendo que 33% recebem exatamente 1 salário-mínimo e 16% vivem com menos de 1 salário-mínimo. Esse cenário reduz a margem para gastos além do essencial e torna as famílias altamente sensíveis a aumentos no custo de vida, comprometendo o acesso a necessidades básicas.

### 3.2.6 Gasto Mensal em Alimentação

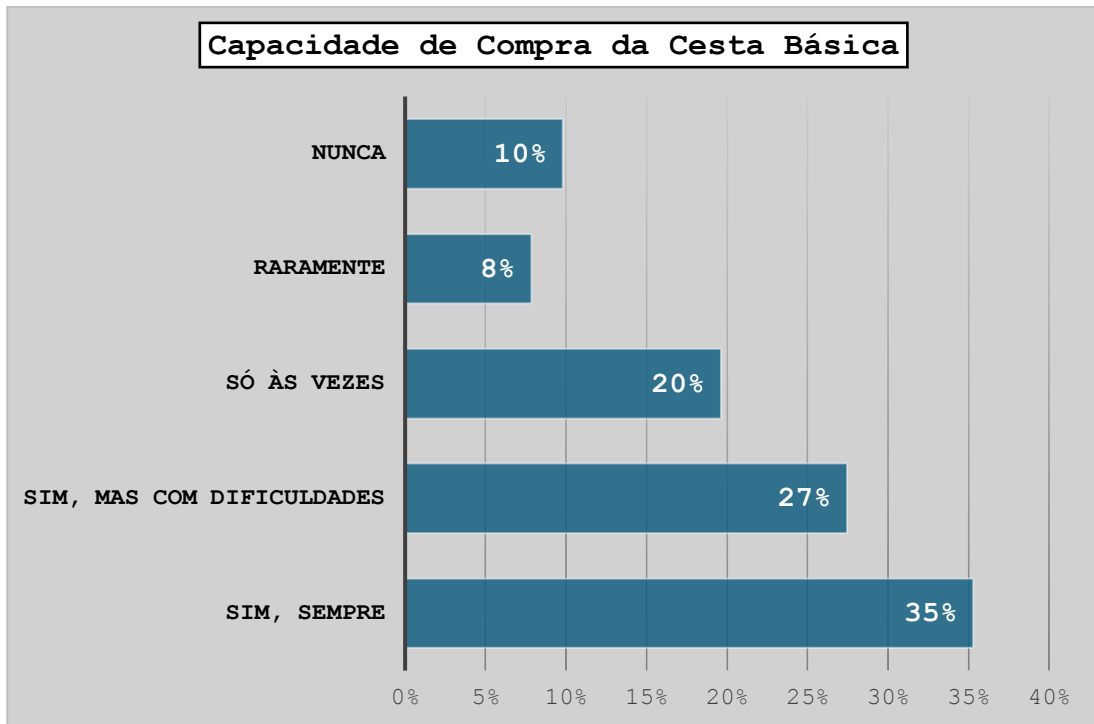


Fonte: Elaboração própria (2025)

O gasto médio mensal com alimentação é de R\$ 906,86, com grande variação (de R\$ 250 a R\$ 2.750). 68% das famílias gastam entre R\$ 501 e R\$ 1.500. Considerando os baixos níveis de renda, isso implica que, em muitos casos, mais da metade da renda é destinada à alimentação, caracterizando alta pressão financeira.

Além disso, a parcela da renda destinada à alimentação varia amplamente, refletindo desigualdade econômica interna. Esse cenário é agravado pelo baixo nível de renda, o que aumenta a dependência de auxílios governamentais e dificulta o equilíbrio do orçamento familiar. Os dados demonstram o elevado comprometimento da renda com a alimentação e a consequente insegurança alimentar.

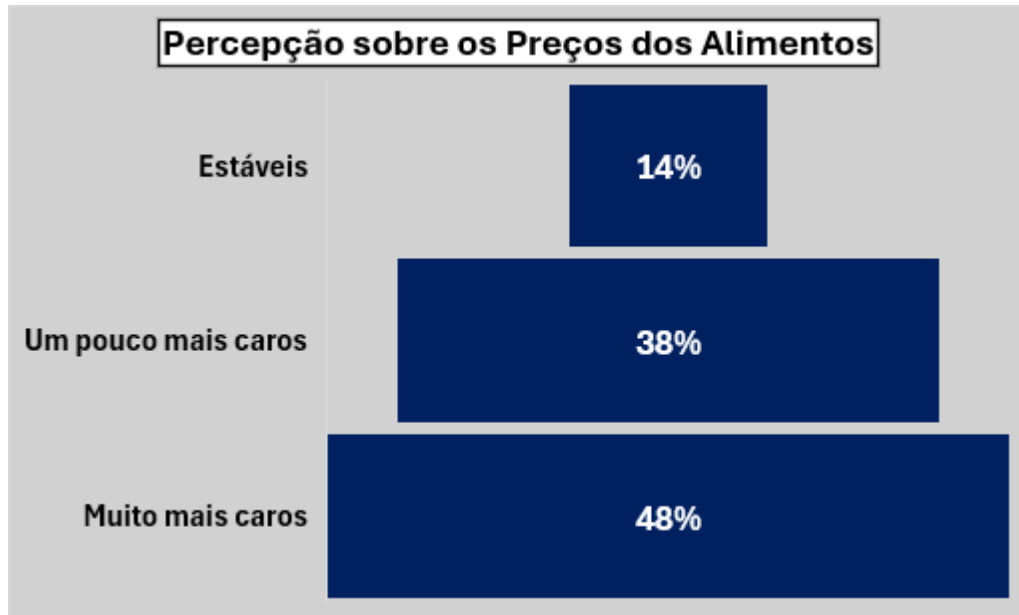
### 3.2.7 Capacidade de Compra da Cesta Básica (Cesta Completa)



Fonte: Elaboração própria (2025)

A capacidade de compra da cesta básica apresenta **média de 3,71** (em escala de 1 a 5), indicando que, embora parte das famílias consiga adquiri-la, isso ocorre frequentemente com dificuldades. Apenas 35% das famílias conseguem adquirir a cesta básica regularmente, enquanto 18% raramente ou nunca conseguem comprá-la. Além disso, 84% das famílias consideram o custo da cesta básica difícil ou muito difícil de arcar. Em casos mais graves, há até redução no número de refeições diárias, evidenciando um quadro de insegurança alimentar de moderada a severa.

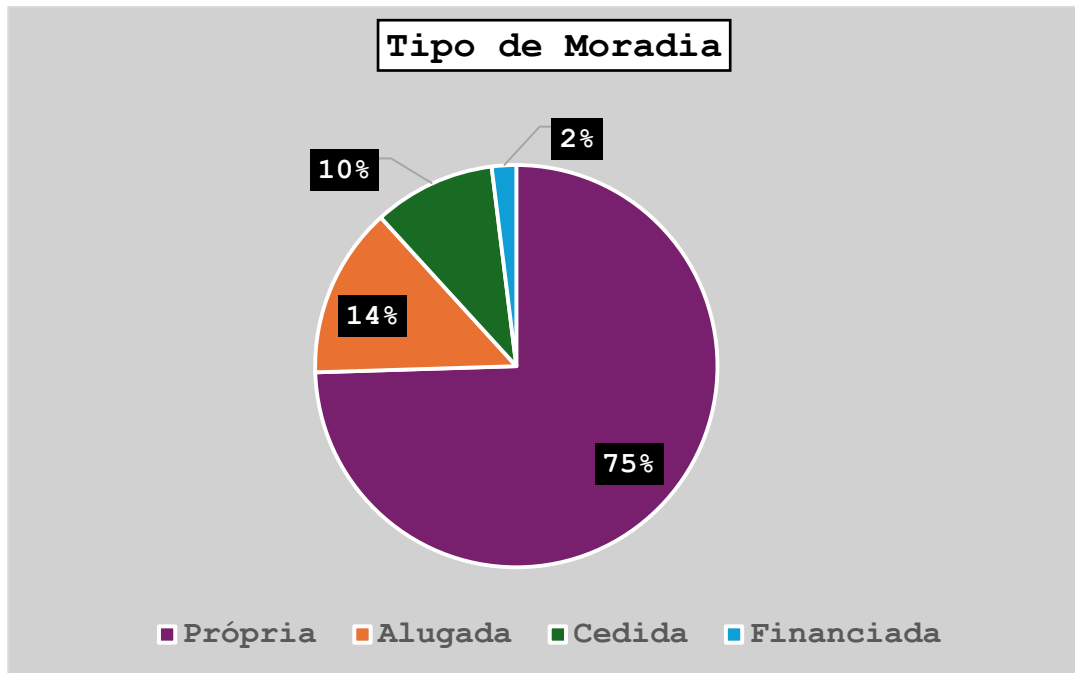
### 3.2.8 Percepção sobre os Preços dos Alimentos (Percepção dos Precos)



Fonte: Elaboração própria (2025)

A percepção sobre os preços dos alimentos indica que 86% das famílias observam aumento, sendo 48% considerando "muito mais caros". A carne é o item mais afetado, citada por 90% das famílias como o alimento que ficou mais difícil de comprar. Como consequência, há uma adaptação nos hábitos alimentares, com predominância de alimentos mais baratos, como pão, cuscuz e café, e menor consumo de itens mais nutritivos, refletindo uma dieta limitada pelas restrições orçamentárias.

### 3.2.9 Condições de Moradia

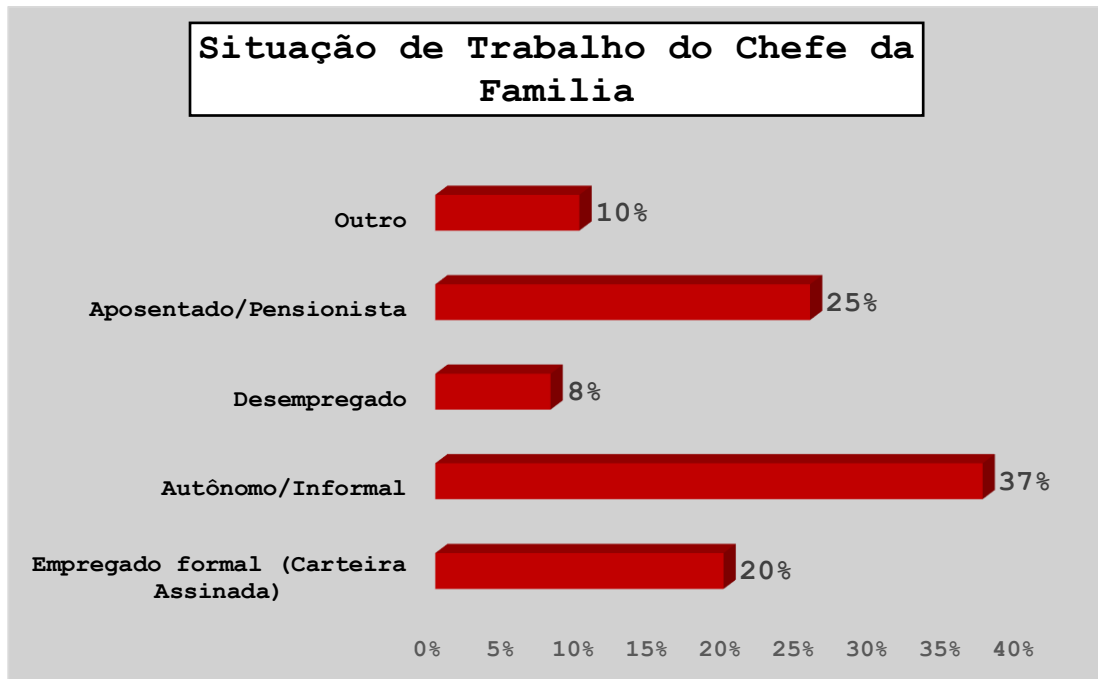


Fonte: Elaboração própria (2025)

A maioria das famílias pesquisadas possui moradia própria (75%), enquanto 14% residem em imóvel alugado e 10% em casa cedida. A elevada proporção de domicílios próprios representa um fator de proteção parcial, na medida em que reduz os gastos fixos mensais e confere maior estabilidade habitacional às famílias.

No entanto, a posse da moradia própria não é suficiente para eliminar a vulnerabilidade econômica dessas famílias, uma vez que a limitação de renda continua comprometendo o acesso a necessidades básicas, especialmente a alimentação. Assim, embora a situação habitacional seja um indicador relativamente positivo, ela coexiste com condições de precariedade que mantêm essas famílias em situação de insegurança alimentar.

### 3.2.10 Situação de trabalho

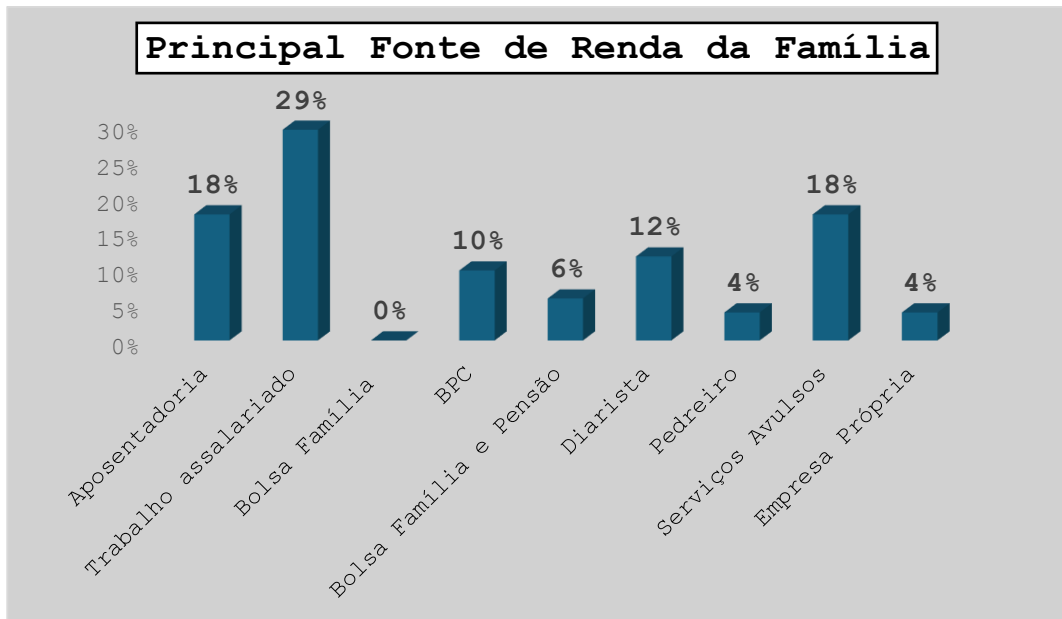


Fonte: Elaboração própria (2025)

A situação ocupacional é marcada pela predominância da informalidade: 37% atuam em atividades informais, 25% são aposentados ou pensionistas e apenas 20% possuem emprego formal, enquanto 8% estão desempregados. A baixa participação de trabalhadores por domicílio agrava o quadro: 45% das famílias contam com apenas um provedor e 24% não possuem nenhum membro ocupado.

De modo geral, esse perfil revela uma inserção frágil no mercado de trabalho, com impactos diretos na estabilidade da renda e no acesso a direitos. A predominância da informalidade e de rendas fixas reduzidas aumenta a vulnerabilidade econômica e dificulta a adaptação a aumentos no custo de vida, especialmente nos preços dos alimentos.

### 3.2.11 Principal Fonte de Renda Familiar

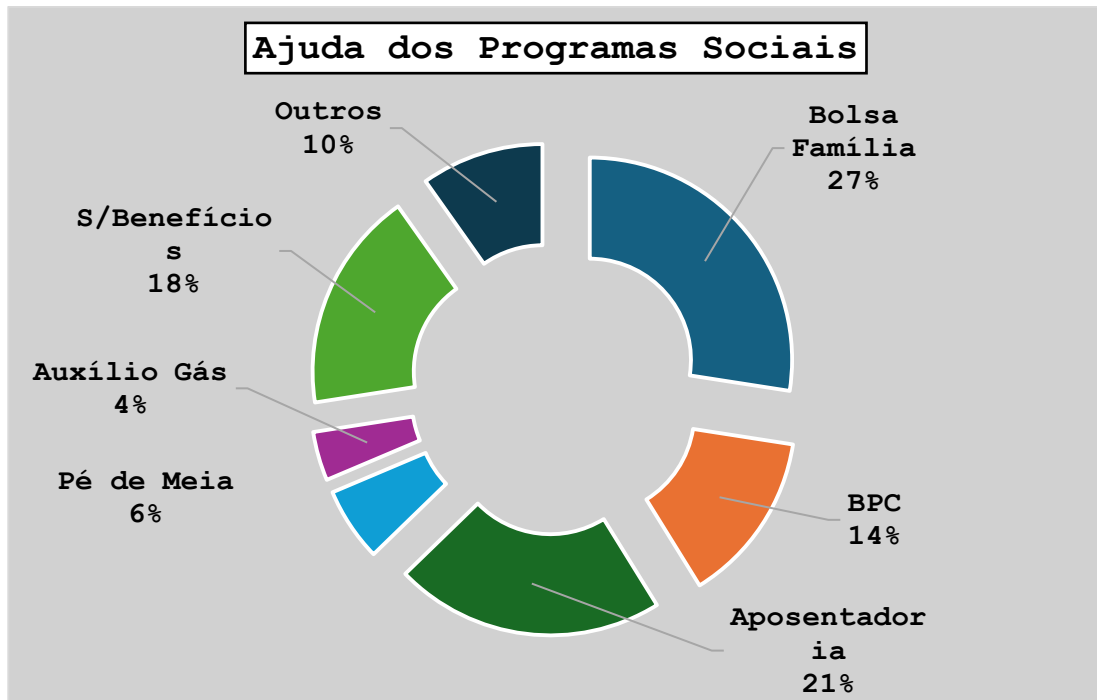


Fonte: Elaboração própria (2025)

A renda familiar das famílias pesquisadas é majoritariamente baixa, com 49% vivendo com até 1 salário-mínimo e 78% com até 2 salários-mínimos, enquanto apenas uma pequena parcela possui rendimentos mais elevados. Esse cenário evidencia um orçamento restrito, voltado principalmente para a cobertura de necessidades básicas, como a alimentação.

Nesse contexto, quanto menor a renda, maior o peso dos gastos com alimentos, tornando as famílias mais vulneráveis à variação de preços e dificultando o planejamento financeiro e o acesso regular à cesta básica. Além disso, fatores como baixa escolaridade e inserção precária no mercado de trabalho limitam o acesso a melhores oportunidades, contribuindo para a manutenção de um ciclo de vulnerabilidade econômica e insegurança alimentar

### 3.2.12 Benefícios sociais

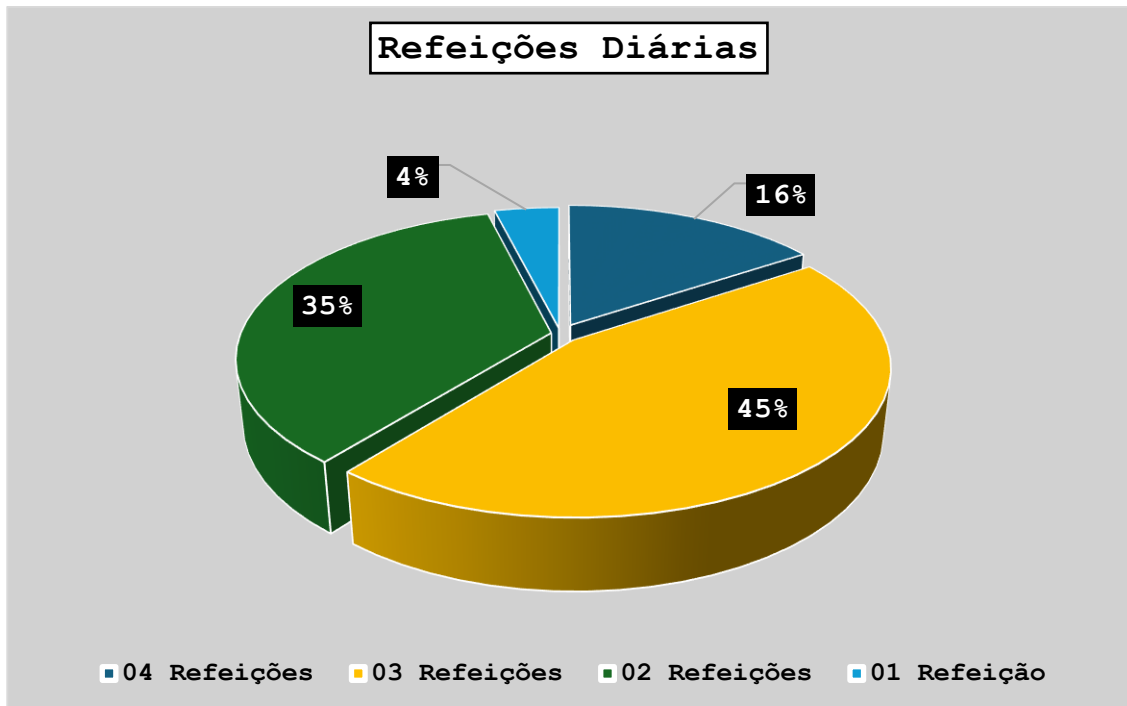


Fonte: Elaboração própria (2025)

A dependência de programas sociais é elevada, com 82% das famílias recebendo algum tipo de benefício, principalmente Bolsa Família (27%), aposentadoria (21%) e BPC (14%). Isso demonstra que as transferências de renda são fundamentais para a manutenção financeira de grande parte dos domicílios.

Embora esses auxílios ajudem a amenizar os custos, mostram-se insuficientes para garantir segurança alimentar plena. Assim, mesmo entre as famílias beneficiadas, persiste uma situação de vulnerabilidade, já que os recursos não cobrem integralmente as necessidades básicas.

### 3.2.13 Número de refeições diárias

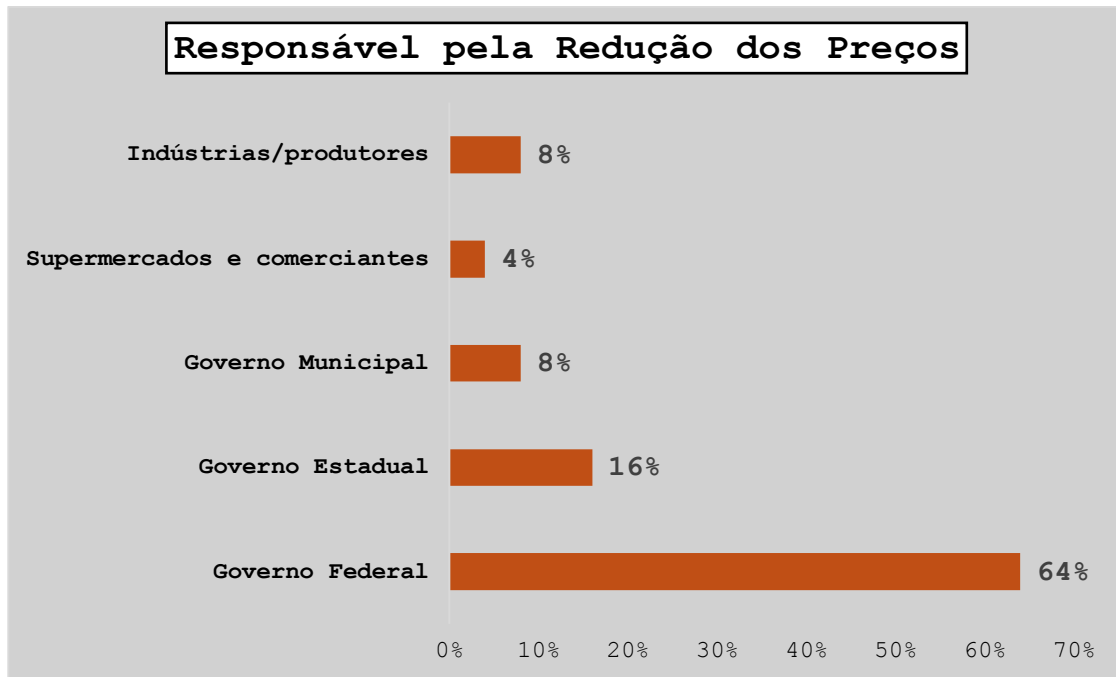


Fonte: Elaboração própria (2025)

A distribuição das refeições diárias revela um quadro preocupante: 45% das famílias realizam 3 refeições, enquanto 39% fazem apenas 1 ou 2 refeições por dia, e 4% apenas uma refeição, indicando situações mais graves. Apenas 16% conseguem realizar 4 refeições diárias.

Esse cenário evidencia restrição alimentar significativa, sendo a redução no número de refeições um dos principais sinais de insegurança alimentar. Em especial, os casos de apenas uma refeição diária indicam privação severa, refletindo a insuficiência de renda para garantir uma alimentação regular e adequada.

### 3.2.14 Responsabilidade pela redução dos preços



Fonte: Elaboração própria (2025)

A maioria das famílias (64%) atribui ao Governo Federal a principal responsabilidade pela redução do preço da cesta básica, indicando forte expectativa de intervenção pública. Em relação ao custo atual, grande parte considera o valor difícil de pagar, ainda que possível, enquanto uma parcela significativa enfrenta maior dificuldade.

Diante do encarecimento, as famílias adotam estratégias como reduzir a quantidade de alimentos, cortar itens, substituir por opções mais baratas ou manter a compra com sacrifício de outras despesas, evidenciando o impacto direto no orçamento.

Caso houvesse redução de preços, os recursos seriam destinados principalmente a outras necessidades básicas, ao aumento do consumo alimentar ou à formação de reserva. De modo geral, as famílias apontam que a melhoria do acesso à alimentação depende sobretudo do aumento da renda e da queda dos preços, revelando que a insegurança alimentar resulta da combinação entre baixa renda e alto custo dos alimentos.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1 Perfil Socioeconômico**

Trata-se de um grupo relativamente envelhecido, o que pode limitar a inserção no mercado de trabalho e a geração de renda, contribuindo para a vulnerabilidade econômica das famílias.

### **4.2 Renda e Mercado de Trabalho**

A inserção no mercado de trabalho é precária:

- Predomínio da informalidade
- Baixa presença de emprego formal
- Reduzido número de trabalhadores por domicílio

Esse cenário compromete a estabilidade da renda e aumenta a vulnerabilidade econômica.

### **4.4 Gastos com Alimentação**

O gasto médio com alimentação é de R\$ 906,86, representando parcela significativa da renda familiar. Em muitos casos, a alimentação consome mais da metade da renda, evidenciando forte pressão orçamentária.

### **4.5 Acesso à Cesta Básica e Segurança Alimentar**

Apenas 35% das famílias conseguem adquirir a cesta básica regularmente, enquanto a maioria enfrenta dificuldades. A redução no número de refeições diárias confirma a presença de insegurança alimentar, inclusive em níveis severos.

### **4.6 Percepção de Preços**

A inflação alimentar é amplamente percebida, com destaque para o aumento no preço da carne. Essa elevação impacta diretamente o consumo, levando à substituição por alimentos mais baratos e menos nutritivos.

#### **4.7 Estratégias de Adaptação**

As famílias adotam estratégias como:

- Redução do consumo
- Exclusão de itens
- Substituição por produtos mais baratos

Tais medidas comprometem a qualidade da alimentação.

### **5. FUNDAMENTAÇÃO SOCIOEDUCACIONAL DA INSEGURANÇA ALIMENTAR EM GURUPI-TO**

A insegurança alimentar nas periferias de Gurupi-TO constitui expressão de desigualdade social estrutural, articulada às precárias condições de acesso à educação, ao trabalho e à renda. A baixa escolaridade dos chefes de família, predominantemente com ensino fundamental incompleto ou sem alfabetização, limita a inserção no mercado formal e a obtenção de rendimentos adequados, conforme aponta Gaudêncio Frigotto (2011) ao analisar a perpetuação da inserção precária em contextos de desigualdade estrutural. A renda familiar concentrada em até dois salários-mínimos compromete severamente o orçamento doméstico, induzindo à substituição de alimentos nutritivos por opções mais baratas, à redução do número de refeições e à configuração de insegurança alimentar moderada a severa.

Sob a perspectiva do letramento de Magda Soares (2013), a baixa escolaridade também representa exclusão informacional, restringindo a compreensão de direitos e o acesso a políticas públicas.

Os impactos nutricionais comprometem funções cognitivas de crianças e jovens, reproduzindo intergeracionalmente a pobreza, conforme argumenta Miguel Arroyo (2024).

A dependência de programas sociais, embora essencial, revela-se insuficiente para superar as desigualdades estruturais, conforme destaca Marilena Chauí (2006). Fundamentados em Paulo Freire (1996) e Dermeval Saviani (2012), os resultados indicam que o enfrentamento efetivo exige políticas públicas integradas, articulando educação, trabalho, renda e assistência social, com a educação como eixo central

e condição indispensável à promoção da dignidade humana, da autonomia e da justiça social.

## **6. RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Diante dos resultados, as seguintes recomendações são propostas para a periferia de Gurupi, organizadas em eixos de ação:

### **6.1 Segurança Alimentar**

- Subsídio a alimentos essenciais;
- Controle e monitoramento de preços;
- Fortalecimento da agricultura familiar.

### **6.2 Geração de Renda**

- Qualificação profissional;
- Incentivo ao empreendedorismo;
- Formalização do trabalho.

### **6.3 Proteção Social**

- Ampliação dos programas de transferência de renda;
- Integração com políticas de emprego.

### **6.4 Desenvolvimento Local**

- Políticas integradas de redução da desigualdade;
- Promoção do desenvolvimento econômico local.

## **7. CONCLUSÃO**

A pesquisa evidencia que as famílias da periferia de Gurupi enfrentam uma situação de vulnerabilidade socioeconômica estrutural, marcada por baixa renda, predominância da informalidade no trabalho, baixa escolaridade e forte dependência de programas sociais. Nesse contexto, o elevado custo da cesta básica compromete significativamente o orçamento familiar, contribuindo para a ocorrência de insegurança alimentar de moderada a grave. A combinação desses fatores torna essas famílias altamente sensíveis às variações de preços, especialmente de itens essenciais como a carne, agravando ainda mais as dificuldades de acesso a uma alimentação adequada.

Embora a moradia própria e os programas sociais atuem como fatores de proteção parcial, eles se mostram insuficientes para garantir o direito humano à alimentação adequada. As famílias adotam estratégias defensivas que comprometem a quantidade e a qualidade da alimentação, com impactos diretos na saúde e no bem-estar.

A insegurança alimentar não é um fenômeno pontual, mas resultante de um ciclo estrutural de vulnerabilidade que envolve baixa qualificação, inserção precária no mercado de trabalho, renda insuficiente e preços elevados dos alimentos. Sem intervenções integradas, a tendência é o aprofundamento das desigualdades sociais e a perpetuação da insegurança alimentar no município.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IBGE. Síntese de indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IPEA. *Segurança alimentar e nutricional no Brasil*. Brasília: IPEA, 2022.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2018.